

LEITURA DINÂMICA

Embora o ministro Marcílio Marques Moreira ainda tente negar, a volta da indexação total à economia brasileira é inexorável. E o próprio governo dá o primeiro passo nesta segunda-feira, ao fazer o primeiro leilão de títulos do Tesouro corrigidos pela variação cambial ou pelo

Índice Geral de Preços do FGV. O ministro admitiu que as taxas de juros reais poderão causar desequilíbrio de até 2% no orçamento. Ainda nesta página, a reunião dos ministros de Economia dos países do Mercosul — Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, no Rio. Na página se-

guinte, a Contrutora Norberto Odebrecht é uma das 26 empresas que podem ser processadas pelo governo por sonegação de Imposto de Renda e IPI. E em até dez dias, pode sair a carta de intenções com o FMI, segundo confirmou o ministro Marcílio Marques Moreira.

Necessidade de reindexar já é consenso

FÁBIO PAHIM JR.

A economia brasileira estará mais indexada nesta segunda-feira — o governo lançará no mercado NTN-D, títulos com correção cambial, atrelados ao dólar, e NTN-C, com correção monetária, vinculados ao IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas). Com isso, pretende estabilizar a inflação, embora em níveis altos; evitar os juros atuais, que chegam a 100% ao ano acima da inflação, e impedir novas corridas contra o cruzeiro, pois o clima de instabilidade estimula pessoas e empresas a procurarem refúgio no ouro, no dólar e nos ativos reais.

Há unanimidade de opiniões: a reindexação da economia é necessária. “Sem reindexar o mercado financeiro, situações de pânico podem repetir-se. Mais do que uma alternativa econômica, a reindexação é imperiosa. Na situação atual, não há controle possível”, afirma o ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore. Para o economista José Augusto Arantes Savasini, da Rosenberg & Associados, “a reindexação virá, pois a inflação vai subir”. Alkimar Ribeiro Moura, ex-diretor da Dívida Pública do Banco Central, assinala: “É necessária a reindexação para proteger a poupança financeira. Mas é perigoso generalizar a indexação para rendas, salários e aluguéis”.

No âmbito do próprio governo, a dúvida chegou a separar o ministro Marcílio Marques Moreira, que teme a reindexação mas já admitiu que ela é necessária, e o presidente do Banco Central, Francisco Gros, que quer evitar oscilações bruscas no mercado financeiro, como a que elevou o dólar no paralelo a mais de Cr\$ 1.000,00. Para deter a corrida contra o cruzeiro, o BC elevou os juros a tal ponto que manter posições em dólar passou a dar prejuízo.

A reindexação

A indexação foi proibida na economia brasileira pelo Plano Collor II. Os títulos públicos e privados só podem ser indexados (corrigidos pela inflação) quando emitidos a prazos superiores a um ano. Mas com o projeto de reforma tributária, o governo voltou atrás: propôs reindexar os impostos a partir de 92, por um novo índice, a UFIR — evitando o desgaste na receita tributária determi-

Os ministros da Economia do Paraguai, Juan Perez, da Argentina, Domingo Cavallo, e do Uruguai, Henrique Braga (a partir da esquerda), conversam com Marcílio do Mercosul, no Rio.



Lúcio Bernardo/AE

nado pela inflação. Também os salários inferiores a três mínimos já estão reindexados.

João Antonio Lopes, diretor da Trevisan & Associados, defende uma reindexação ampla da economia, começando pelo mercado financeiro. O objetivo é evitar que os juros prefixados (ou seja, com inflação estimada) realmente inflacionem a inflação. “A indústria vende a prazo e embute a inflação nos preços. Como os juros são de 35 a 40% ao mês, o comércio é obrigado a aumentar seus preços na mesma proporção do que paga à indústria. É uma bola de neve”, explica Lopes. O consumidor paga a conta.

A reindexação ampla, porém, não deverá garantir os aumentos de salário ao funcionalismo, o que colocaria em risco o superávit de caixa do Tesouro e acentuando as preocupações com o crescimento do déficit público, a consequente necessidade de emissão de moeda para cobrir o rombo e, afinal, a certeza de mais inflação à frente. Sem conseguir cortar pessoal, privatizar maciçamente e manter a arrecadação tributária (prejudicada pela recessão), a União fez economia — e até conseguiu algum equilíbrio — às custas da contenção dos salários.

Despesas menores

Entre janeiro e outubro, as despesas com pessoal e encargos sociais do funcionalismo absorve-

ram 36,7% da receita tributária bruta — esse percentual despençou para 30,7% no mesmo período de 91 e chegou a somente 24,6% em outubro/91, ou seja, queda real de 33% sobre a média dos primeiros 10 meses de 90.

A reindexação, num momento em que a inflação está em alta, já foi adotada pelo ex-ministro Mailson da Nóbrega entre maio e junho de 1989, quando o IGP (Índice Geral de Preços da FGV) avançou de 12,8% para 26,8%, atingindo 37,9% em julho/89. Depois disso, durante quatro meses, a inflação ficou relativamente estável — oscilou somente entre 36,5% e 39,7% no período julho/outubro de 89, no fim do governo Sarney. “O quadro é semelhante ao de 89”, admite Alkimar Moura.

Mas segundo Igor Cornelsen, representante no Brasil do Chartered WestLB, banco especializado em títulos da dívida brasileira, o auge da inflação está ocorrendo agora, entre outubro e novembro, pois já começou “um choque ortodoxo, que apresentará seus primeiros resultados concretos entre o final do primeiro trimestre e o início do segundo trimestre de 92”. Cornelsen não acredita em novos choques heterodoxos — “que só beneficiam as empresas que têm grandes estoques” — mas opinião contrária tem Savasini, que projeta para o Carnaval o terceiro choque do governo Collor, com novo congelamento de preços e salários.

Inflação da FGV continua a indicar alta

A primeira prévia do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) de novembro, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), acusou uma alta de 9,81%, em pesquisa efetuada entre os dias 21 e 30 de outubro, período em que os preços estavam sob influência da especulação com a alta do dólar paralelo. Esse índice ficou acima dos 8,06% apurados nesse mesmo período de outubro e dos 6,2% de setembro.